

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do Conselho Federal de Administração Of. Circ. 222/2013/CFA/COF, 23 de outubro de 2013.

Unidades jurisdicionadas integrantes deste relatório agregado de gestão:

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão – Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES

Vitória/ES, 2016

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE.....	5
1.1 Identificação da Entidade.....	5
1.2 Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas.....	5
1.3 Finalidade e competências institucionais das entidades Jurisdicionadas.....	5
1.4 Apresentação do organograma funcional com as competências e atribuições das áreas.....	6
2. Planejamento e Resultados Alcançados.....	7
2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico ou plano de ação da entidade.....	7
2.2 Informações sobre as ações adotadas pela entidade p/atingir os objetivos estratégicos.....	8
2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício.....	9
2.4 Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão.....	10
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da gestão.....	11
3.1 Estrutura de governança do CRA-ES.....	11
3.2 Demonstração da atuação da Auditoria Interna.....	11
3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição.....	12
3.3.1 Atividades de correição.....	12
3.3.2 Da Comissão de Tomada de Contas.....	12
3.4 Relação dos principais Dirigentes e Membros do CRA-ES.....	12
3.5 Remuneração paga aos conselheiros.....	12
4. Informações sobre a gestão.....	13
4.1 Demonstração da Receita.....	13
4.2 Desempenho na execução orçamentária e financeira.....	14
4.2.1 Desempenho Comparativo das Receitas Arrecadadas nos dois últimos exercícios.....	14
4.2.2 Desempenho Comparativo das Despesas Realizadas nos dois últimos exercícios.....	14
4.2.3 Saldo para o exercício de 2016.....	15
4.3 Transferências de recursos realizadas no exercício de referência.....	15
5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos.....	15
5.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da entidade.....	15
5.1.a Força de trabalho.....	15
5.1.b Ingresso de funcionários.....	16
5.1.c Qualificação da Força de Trabalho de acordo c/ estrutura de cargos e faixa etária.....	16
5.1.d Qualificação da Força de Trabalho de acordo c/ estrutura de cargos e nível de escolaridade.....	17
6. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas.....	17
6.1 Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU.....	18
7. Informações contábeis.....	18
7.1 Informações sobre a adoção das normas NCASP.....	18
7.1.1 Da depreciação, da amortização e da exaustão.....	18
7.1.2 Balanço Patrimonial.....	18
7.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	19
7.1.4 Balanço Financeiro.....	19
7.1.5 Balanço Orçamentário.....	19

7.2. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6.....	19
7.2.1 Disponível.....	19
7.2.2 Estoques.....	19
7.2.3 Imobilizado.....	19
7.2.4 Despesas.....	20
7.2.5 Receitas de Contribuições.....	20
7.2.6 Receita de Serviços.....	20
7.3 Relatório de Auditoria Independente.....	20
8. Relacionamento.....	23
9. Outras informações sobre a gestão.....	23
ANEXO I.....	24
ANEXO II.....	26
ANEXO III.....	34
ANEXO IV.....	36
ANEXO V.....	38
ANEXO VI.....	40
ANEXO VII.....	42
ANEXO VIII.....	43
ANEXO IX.....	45
ANEXO X.....	46
ANEXO XI.....	47
ANEXO XII.....	48
ANEXO XIII.....	49
ANEXO XIV.....	50
ANEXO XV.....	51

Listas referenciadas

Figura 1 - Organograma funcional do CRA-ES.....	6
Tabela 1 - Unidades organizacionais do CRA-ES.....	7
Tabela 2 - Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão.....	10
Figura 2 - Estrutura de Governança do CRA-ES.....	11
Tabela 3 - Origens das receitas do CRA-ES.....	13
Tabela 4 - Receita orçamentária em 2014 e em 2015.....	14
Tabela 5 - Receita extra-orçamentária em 2014 e em 2015.....	14
Tabela 6 - Disponível em 2014 e em 2015.....	14
Tabela 7 - Comparativo de despesas realizadas em 2014 e em 2015.....	14
Tabela 8 - Saldo para o exercício de 2016.....	15
Tabela 9 - Valores recebidos em 2015, via PRODER.....	15
Tabela 10 - Quadro de pessoal do CRA-ES em 2014.....	15
Tabela 11 - Quadro de pessoal do CRA-ES em 2015.....	15
Tabela 12 - Movimentação de pessoal no CRA-ES.....	16
Tabela 13 - Provimento de cargos no CRA-ES - por faixa etária.....	16
Tabela 14 - Provimento de cargos no CRA-ES - por escolaridade.....	17
Tabela 15 - Composição das receitas de serviços.....	20
Figura 3 - Parecer da Auditoria Externa.....	21
Tabela 16 - Balanço patrimonial - Ativo.....	24
Tabela 17 - Balanço patrimonial comparado - Passivo.....	25
Tabela 18 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....	26
Tabela 19 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.....	30
Tabela 20 - Balanço financeiro - Receitas.....	34
Tabela 21 - Balanço financeiro - Despesas.....	35
Tabela 22 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações ativas.....	36
Tabela 23 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações passivas.....	37
Tabela 24 - Balanço Patrimonial Comparado - Ativo.....	38
Tabela 25 - Balanço patrimonial comparado - Passivo.....	39
Tabela 26 - Demonstrativo de Fluxo de Caixa.....	40
Tabela 27 - Conferência de Caixa.....	42
Tabela 28 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	43
Tabela 29 - Ativo não circulante - Imobilizado.....	43
Tabela 30 - Movimento do imobilizado - bens imóveis.....	44
Tabela 31 - Movimento do imobilizado - bens móveis.....	44
Tabela 32 - Dívidas e ônus reais.....	46
Tabela 33 - Demonstrativo das ações de cadastro.....	48
Tabela 34 - Demonstrativo das ações de fiscalização.....	49
Tabela 35 - Relação de dirigentes e membros do CRA-ES.....	50
Tabela 36 - Caixa e equivalente de caixa.....	52
Tabela 37 - Créditos a receber.....	52
Tabela 38 - Aquisições e baixas dos bens do ativo imobilizado.....	53
Tabela 39 - Método, vida útil econômica e índices utilizados.....	53
Tabela 40 - Valor contábil e depreciação acumulada.....	54
Tabela 41 - Obrigações de curto prazo a pagar.....	54
Tabela 42 - Provisões para férias e encargos.....	55
Tabela 43 - Provisões processuais.....	55
Tabela 44 - Patrimônio Líquido.....	55
Tabela 45 - Resultado Patrimonial.....	56
Tabela 46 - Resultado Financeiro.....	56
Tabela 47 - Resultado Orçamentário.....	56

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE:

Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e, imunidade tributária de acordo com a alínea “a”, Inciso VI, Art. 150 da Constituição Federal, de 03 de outubro de 1988.

1.1 Identificação da Entidade:

Nome: Conselho Regional de Administração do Espírito Santo

CNPJ: 28.414.217/0001-67

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Endereço postal: Rua Aluysio Simões, nº. 172, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-632

Telefone: (27) 2121-0500

Endereço da página na Internet: www.craes.org.br

Endereço do Correio Eletrônico Institucional: craes@craes.org.br

1.2 Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas:

- a) Lei nº 4.769, de 09/09/1965 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Administrador e dá outras providências”;
- b) Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 e dá outras providências”.

1.3 Finalidade e competências institucionais das entidades Jurisdicionadas:

O Conselho Regional de Administração do Espírito Santo- CRA-ES, autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de Administrador e a fiscalização das atividades prestadas no campo da Administração por pessoas físicas e jurídicas; possuindo autonomia técnica, administrativa e financeira, além de se constituir no conjunto de autarquias do Sistema CFA/CRA's.

O CRA-ES é o órgão normativo, consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão do Administrador, bem como controlador e fiscalizador das atividades financeiras e administrativas sob sua jurisdição.

1.4 Apresentação do organograma funcional com as competências e atribuições das áreas

O CRA-ES tem a seguinte estrutura básica:

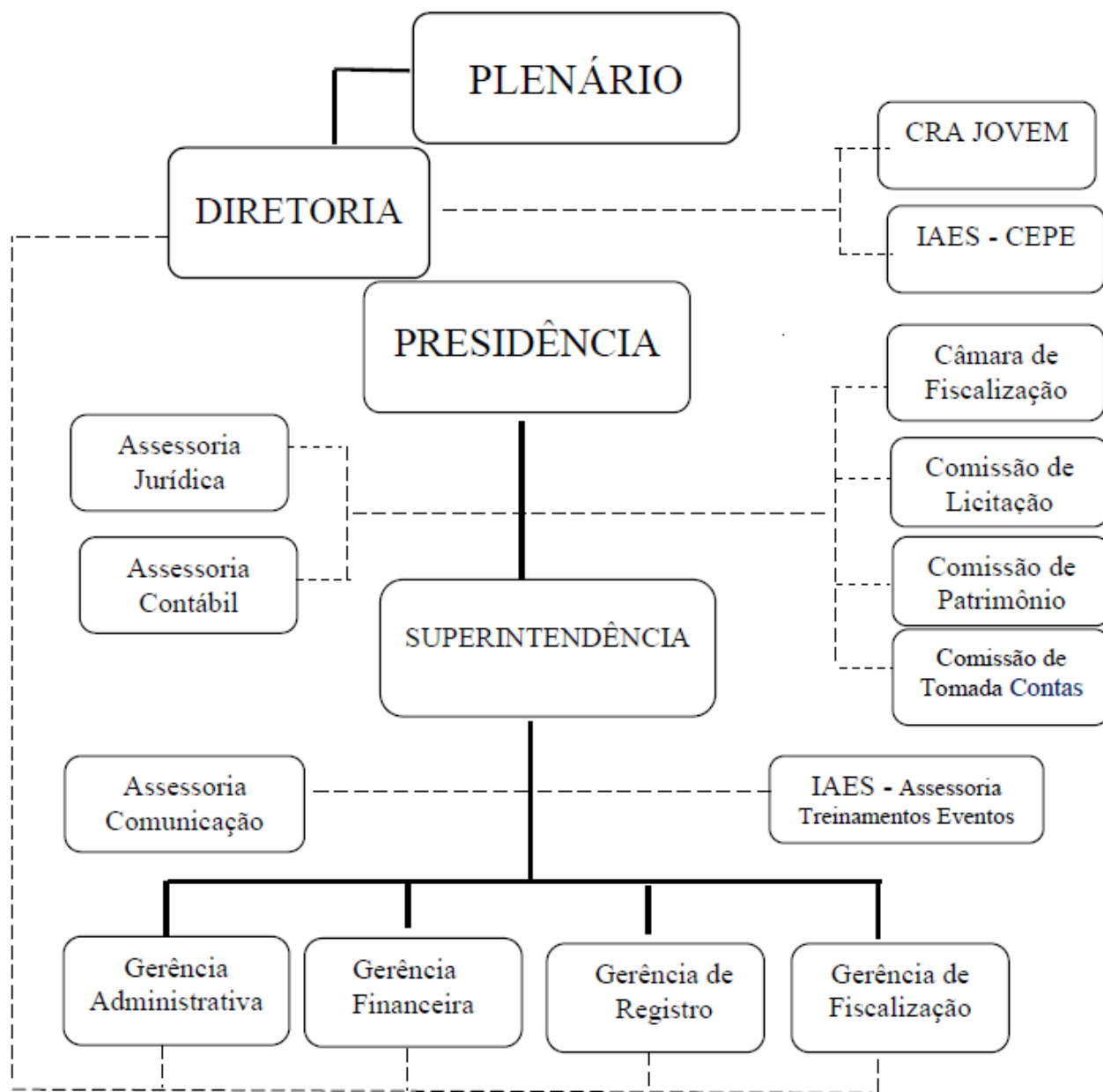


Figura 1 - Organograma funcional do CRA-ES

Unidade Organizacional	Competência	Responsável	Cargo	Período de Atuação
Plenário	Tomar decisões de natureza institucional	Adm. Hércules da Silva Falcão	Presidente	01/01/2015 a 31/12/2016
Presidência	Dirigir o CRA-ES	Adm. Hércules da Silva Falcão	Diretor Presidente	01/01/2015 a 31/12/2016
Diretoria Executiva	Acompanhar a execução dos trabalhos técnicos e Administrativos	Adm. Fernando Antonio M. de Albuquerque	Diretor Administrativo Financeiro	01/01/2015 a 31/12/2016
		Adm. Maurílio José Martins Inês	Diretor de Fiscalização e Registro	01/01/2015 a 31/12/2016

CRA – Jovem	Integrar jovens administradores, tecnólogos e estudantes em atuações estratégicas.	Adm. Robson Brandão Neves	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2016
IAES - CEPE	Promover treinamentos, eventos e certificação profissional.	Adm ^a . Marly de Lurdes Uliana	Coordenadora	01/01/2015 a 31/12/2016
Superintendência	Gestão executiva	Adm. Pedro Cipriano Prêmoli	Superintendente	Desde 20/03/1997
Câmara de Fiscalização	Orientar as áreas de Registro e Fiscalização	Adm. Maurílio José Martins Inês	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2016
Comissão de Licitação	Conduzir processos licitatórios	Adm ^a . Priscilla Modulo de Assunção	Coordenadora	10/02/2015 a 10/02/2016
Comissão Patrimônio	Conferir logística do patrimônio	Tecg. Jocélia Angela Gumiere da Silva	Coordenadora	01/01/2015 a 31/12/2016
Comissão Tomada Contas	Apreciar e emitir pareceres sobre os balancetes mensais e balanço anual.	Adm. Robson Brandão Neves	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2016
Assessoria Jurídica	Subscrever atos privativos dos Advogados	Adv. Rosângela Guedes Gonçalves	Advogada	Desde 14/12/2010
Assessoria Contábil	Fazer a escrituração contábil e elaborar da folha de pagamentos	Cont. Rodrigo Lagasse Dias	Contador	Desde 06/06/2014
Assessoria de Comunicação	Organizar e redigir as publicações do CRA-ES	Sheila Machado Gomes	Assessora	Desde 01/03/2011
Assessoria Treinamentos e Eventos	Organizar e supervisionar as atividades do IAES	Adm. Marcela Rocha Haase Uligh	Assessora	Desde 12/06/2013
Gerência Administrativa	Fazer a gestão de pessoal e suprir os bens e serviços.	Rafael Dias de Barros	Gerente	Desde 05/05/2014
Gerência Financeira	Executar o controle financeiro e patrimonial	Adm. Kamyla Dadalto Cota	Gerente	Desde 01/09/2007
Gerência de Fiscalização	Fiscalizar o exercício ilegal da profissão.	Adm. Luiz Carlos Dalmácio	Gerente	Desde 01/09/2007
Gerência de Registro	Habilitar pessoas e empresas p/atuarem na profissão.	Adm. Janaína Guaitolini Merlo	Gerente	Desde 01/09/2007

Tabela 1 – Unidades organizacionais do CRA-ES

2. Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico ou plano de ação da entidade

O planejamento estratégico é praticado pelo CRA-ES desde 2002, tendo no primeiro sido utilizada a metodologia de Análise Contingencial, em 2003 utilizou-se a de Planejamento Situacional e em 2004 houve a utilização da BSC (Balanced Scorecard). Após os resultados alcançados em 2004, decidiu-se manter a metodologia BSC para os períodos futuros, porque ela traduz as estratégias, apresenta objetivos e indicadores, o que possibilita a implementação de novos padrões de qualidade, eficiência e eficácia sob o ponto de vista dos resultados para o órgão, e nesse contexto, foram estabelecidos os norteadores estratégicos a seguir:

I - Visão: Ampliar a participação dos profissionais registrados nas atividades de Administração nas instituições públicas pela adequação da legislação, e na iniciativa privada pela conscientização dos empresários.

II – Foco: Reconhecimento como uma instituição forte que efetivamente registra os habilitados e fiscaliza o exercício profissional no campo da Administração.

III – Missão: Habilitar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional de Administração primando pela aplicação da conduta ética e técnica.

IV – Valores: Ética, impessoalidade, publicidade, legalidade, eficiência, comprometimento, respeito, credibilidade, pluralidade de ideias, criatividade, consciência, cooperação e sensibilidade.

2.2 Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos.

I – Visita semestral às Instituições de Ensino Superior para informar aos alunos do último período dos cursos de bacharelado em Administração e superior de Tecnologia em Gestão, sobre a obrigatoriedade do registro no Conselho para o exercício legal da profissão, conforme determina a Lei 4.769/65, assim como, os campos e atividades típicas dos profissionais da Administração. Na visita o representante do CRA-ES recebe dos bacharelados interessados o requerimento de registro e as cópias de documentos para efetuar o registro prévio do futuro profissional, que será efetivado após a colação de grau.

II – Fiscalização continua nos jornais da região e na internet para identificação de editais de licitação publicados visando a contratação de empresas prestadoras de serviços que envolvam atividades típicas da Administração na jurisdição do CRA-ES, para constatar se no edital consta a exigência do registro cadastral das licitantes em CRA, conforme determinam as Leis 6.839/80 e 4.769/65. Caso não conste a exigência do registro, o licitador é orientado pelo CRA-ES a efetuar a correção do edital.

III – Fiscalização continua por meio de acesso direto das informações cadastrais do Sistema Integrado de Automação do Registro do Comércio e do Gerenciador de Imagens da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, para identificar se as empresas que exploram atividades típicas da Administração registradas naquela autarquia possuem registro cadastral no CRA-ES, conforme determinam as Leis 6.839/80 e 4.769/65.

IV – Ação indireta de fiscalização às empresas de prestadoras de serviços de atividades típicas da Administração, por meio de orientação presencial às CPLs e Secretarias de Administração dos 78 municípios do Estado, sobre a Lei 4.769/65 e o art. 30 da lei 8.666/93. As orientações do CRA-ES evitam a falta de exigência de regularidade da prestadora de serviço e atestados de qualificação técnica nos editais de licitação, conforme determina o § 1º, do Artigo 30, da Lei 8.666/93. Também evitam a exigência de atestado para atividades que não são privativas da Administração.

V – Disponibilizar às Instituições de Ensino Superior palestras institucionais com foco no registro profissional e motivacionais pela escolha das profissões da Administração.

VI – Disponibilizar às escolas de nível médio da rede pública e privadas palestras motivacionais para escolha da profissão do Administrador.

VII – Realização de eventos em comemoração ao aniversário da promulgação da Lei 4.769 que criou a profissão do Administrador, em 9 de setembro de 1965. O dia 9 de setembro é considerado nacionalmente como o Dia do Administrador, sendo que as solenidades em homenagem ocorrerem durante todo o mês de setembro nas Instituições de Ensino Superior, Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa e organizadas e realizadas pelo CRA-ES.

VIII – Realização de eventos que contribuam para o aprimoramento e/ou atualização dos conhecimentos técnico dos profissionais da Administração por meio do Instituto de Administração do Espírito Santo – IAES, uma unidade operacional da estrutura do CRA-ES.

2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício

I – No exercício foram efetuados 724 registros profissionais dos 1.560 formandos que colaram grau nas Instituições de Ensino Superior do Estado, ou seja, 46% deles no ato da colação de grau ficaram legalmente habilitados para atuarem no mercado de trabalho, conforme estabelece a Lei 4.769/65. Considerando que a média no Sistema CFA/CRA's está em torno de 20%, podemos considerar o resultado do CRA-ES satisfatório.

II – No exercício foram efetuados 186 registros de pessoas jurídicas, o que representou uma queda de 56,7% em relação ao exercício de 2014. A queda de registros foi superior à redução da receita nominal de serviços no Espírito Santo, que foi de 28,1%, conforme dados da Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PMS-IBGE), de dezembro de 2015.

III – Foi realizada no dia 10 de setembro uma palestra magna com o tema “Carreira, emprego & Empreendedorismo”, ministrada pelo Adm. Max Gehringer, apresentador de TV e autor de livros sobre carreiras e gestão empresarial, para 1000 convidados, dentre eles profissionais da Administração, dirigentes de IES, estudantes e empresários. Também em setembro, em diversas datas, nas cidades do interior, foram realizadas 11 palestras com o mesmo tema pela Adm^a Liandra Zanette.

IV – No exercício foram atendidas 25 solicitações de palestras feitas pelas Instituições de Ensino Superior, sendo 19 com o tema O papel do Administrador na Sociedade, 3 com o tema Marketing Pessoal e 3 oficinas sobre Consultoria Empresarial. Destas, 12 ocorreram no auditório do Conselho, 4 em IES da Grande Vitória e 9 em IES do interior.

V – No exercício foram atendidas 14 solicitações de palestras para alunos de cursos técnicos em Administração, tendo sido 3 realizadas no auditório do Conselho, 4 em escolas da Grande Vitória e 7 em escolas do interior.

VI – No exercício o IAES realizou 20 eventos no auditório do CRA-ES, sendo 6 do projeto Café e Gestão, que promove palestras com temas atuais ministradas por especialistas e mestres; 3 do projeto Seminários de Boas Práticas, que promove palestras ministradas por gestores ou ex-gestores de instituições públicas ou privadas sobre experiências bem sucedidas; 3 workshops sobre Responsabilidade Técnica; 2 sobre qualidade no ensino da Administração, sendo um fórum e uma palestra; 5 palestras com os temas Ampliar Receitas e Reduzir Custos, Marketing Pessoal,

Diversidade Feminina, Marketing Pessoal e Etiqueta para Mulheres, Educação Empreendedora; 1 curso de oratória.

2.4 Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão

Objetivo	Nome do Indicador	Descrição
Aumentar o número de registrados	Percentual de registros ativos mensalmente - PF e PJ	Medir o aumento de registros ativos mensalmente, bem como o acumulado anual.
Aumentar a percepção de valor quanto à marca do CRA-ES	Percentual de aumento dos inscritos (PF) vindos do mercado (espontâneo) e do registro prévio	Medir as inscrições espontâneas, em relação ao mesmo período no exercício passado, bem como o resultado do registro prévio.
Atender e reter profissionais e empresas	Tempo de permanência do registrado (até 2, 3, 4, 5, 6-7, 8-10 e acima de 10 anos).	Medir o tempo de permanência do profissional registrado no CRA, dentro das faixas indicadas.
	Percentual de crescimento dos serviços prestados - (PJ)	Mede a quantidade de serviços prestados mensalmente em relação a quantidade prestada no mesmo período no exercício passado.
Tornar conhecida a profissão	Quantidade de aparecimentos do CRA na sociedade – Quadro demonstrativo	Quantidades de visitas para registro prévio, palestras, número de participação anual em colação de grau, mídia espontânea.
Aperfeiçoar o modelo de gestão do conhecimento, organizando e otimizando os processos.	Percentual de processos padronizados.	Quantidade de processos padronizados (fluxogramado, manualizado, validado, treinado e implantados) em relação ao total de processos a serem padronizados.
Ampliar a ação fiscalizatória na jurisdição do CRA-ES	Percentual de empresas regulares	Quantidade de empresas regulares (adimplentes com responsável técnico) em relação ao total de empresas ativas
	Percentual de editais e licitações notificados	Quantidade de editais de concurso e licitações notificadas em relação ao total fiscalizado
Manter o índice de satisfação do funcionário elevado	Índice de absenteísmo	Total de faltas, sem as faltas legais, em relação ao total de horas trabalhadas mensalmente.
	Índice de satisfação do funcionário e de clima organizacional	Medir a satisfação do funcionário e o clima organizacional mediante pesquisa.

Tabela 2 - Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da gestão

3.1 Estrutura de governança do CRA-ES

ESTRUTURA DA GOVERNANÇA

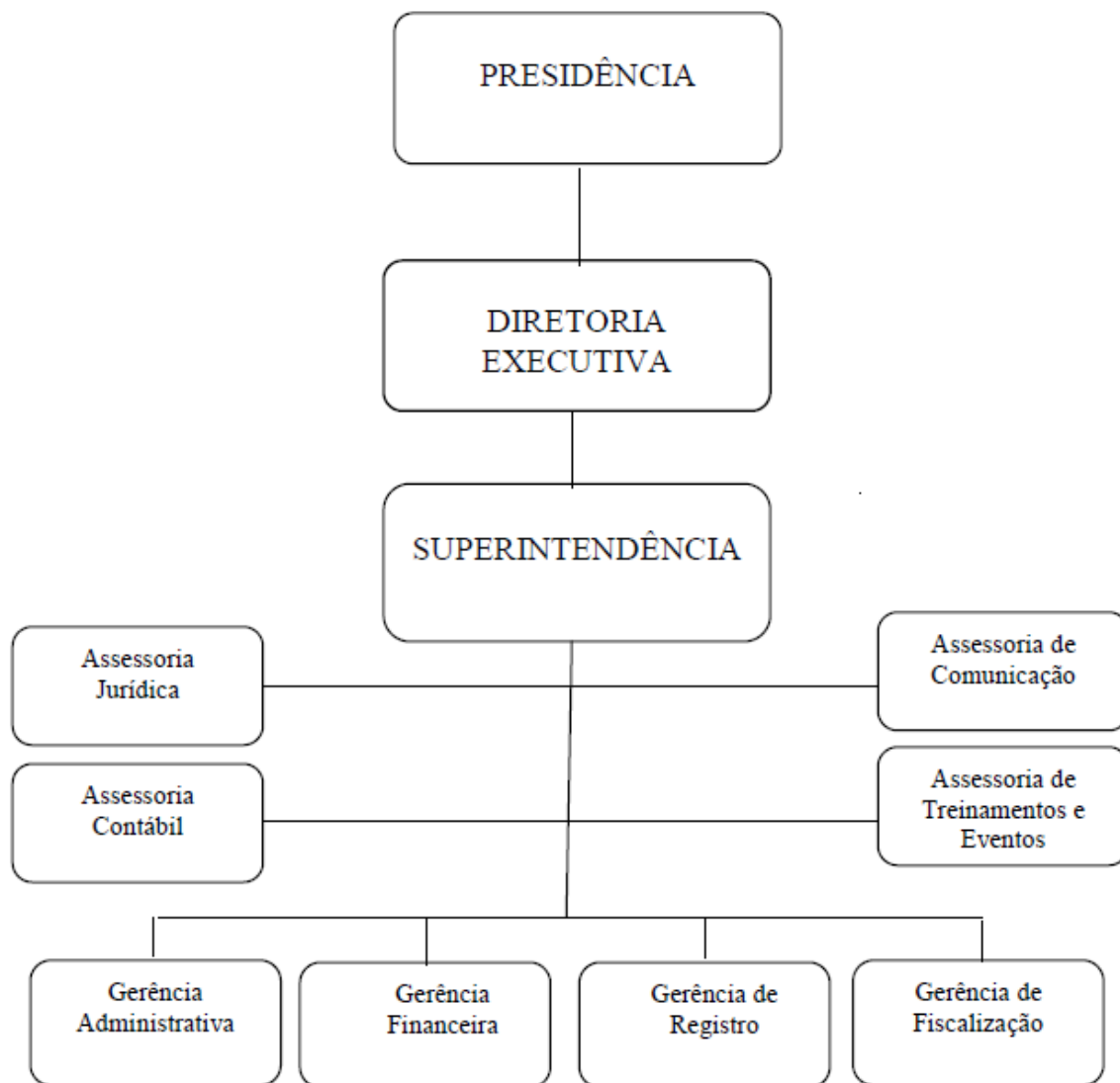


Figura 2 - Estrutura de Governança do CRA-ES

3.2 Demonstração da atuação da unidade de auditoria interna, incluindo informações sobre a qualidade e suficiência dos controles internos da entidade.

O Regulamento da Estrutura Administrativa Operacional do Conselho Federal de Administração, aprovado pela Portaria CFA nº 13, de 17 de abril de 1998, estabelece em seu Art. 19º os serviços de auditoria, a saber:

I – realizar auditorias regulares e especiais e fiscalizações nos sistemas orçamentário, contábil, financeiro, patrimonial, de pessoal e demais sistemas operacionais dos Conselhos Regionais de Administração;

3.2.1 O processo de escolha do dirigente da unidade de auditoria interna;

A Resolução CRA-ES nº 001 de 10 de fevereiro de 2015 constituiu e designou membros por decisão do Plenário de Conselheiros para compor a Comissão de Tomada de Contas do CRA-ES.

3.2.2 A instância da administração responsável pela instituição e manutenção de uma estrutura e procedimentos de controles internos adequados para a elaboração das demonstrações financeiras e para garantir o atendimento dos objetivos estratégicos;

A Resolução Normativa CFA nº 410 de 10 de junho de 2011 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.2.3 A forma de comunicação sistemática à alta gerência, ao Conselho de administração e ao Comitê de Auditoria, se for o caso, sobre riscos considerados elevados assumidos pela gerência ao não implementar as recomendações da Auditoria Interna;

A Resolução Normativa CFA nº 410 de 10 de junho de 2011 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.2.4 A forma em que ocorre a certificação de que a alta gerência toma conhecimento e aceita os riscos pela não implementação das recomendações feitas pela auditoria interna.

A Resolução Normativa CFA nº 410 de 10 de junho de 2011 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.3 Demonstração da execução das atividades de correção no âmbito da unidade jurisdicionada, destacando os principais eventos apurados e as providências adotadas, notadamente no que se concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que sejam capazes de impactar o desempenho.

3.3.1 Atividades de correção

A Resolução Normativa CFA Nº 349, de 27 de novembro de 2007, aprova o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema CFA/CRAs.

3.3.2 Da Comissão de Tomada de Contas

A Comissão de Tomada de Contas é composta de membros, não integrantes da Diretoria Executiva, cabendo-lhe, em caráter preliminar, apreciar e emitir pareceres sobre os balancetes mensais do CRA-ES, que serão encaminhados à Diretoria Executiva e, a seguir, ao Plenário.

3.4. Relação dos principais dirigentes e membros de conselhos, indicando o período de gestão, a função, o segmento, o órgão ou a entidade que representa.

A relação dos principais dirigentes e membros do CRA-ES está disponível no anexo XIV.

3.5. Remuneração paga aos administradores conselheiros, membros da Diretoria, Câmaras e Comissões.

Os Cargos de Direção e de Conselheiros do Sistema CFA/CRAs são exercidos de forma honorífica, não sendo, portanto efetuado qualquer tipo de pagamento em forma de remuneração. São efetuados pagamentos de diárias e jetons, de caráter indenizatório, quando do deslocamento e quando da participação em órgãos de deliberação coletiva. Os pagamentos de diárias e jetons obedecem ao disposto na Resolução Normativa CRA-ES nº 011, de 18 de agosto de 2015.

4. Informações sobre a gestão.

A gestão se pautou no cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável ao Setor Público, encontra-se inserido no gerenciamento dos recursos públicos a aplicabilidade do orçamento elaborado, observando o disposto na Lei Orçamentária, nº 4.320/64.

4.1 Demonstração da Receita

De acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, em seu Art. 32 estabelece que a renda do CRA-ES é constituída de:

- a) 80% (oitenta por cento) da renda bruta dos Conselhos Regionais de Administração, com exceção dos legados, doações ou subvenções;
- b) Doações e legados;
- c) Subvenções dos Governos Federal, Estaduais e Municipais ou de Empresas e Instituições Privadas;
- d) Rendimentos patrimoniais;
- e) Rendas eventuais.

ORIGENS DAS RECEITAS POR NATUREZA – FONTES

TRANSFERÊNCIAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:
Anuidades do Exercício (80%). Receitas arrecadadas no exercício.
Anuidades do Exercício Anterior (80%). Rec. arrecadadas no exercício anterior
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS:
Rendimentos de Aplicações Caderneta de Poupança
Rendimentos de Aplicações em LFT e Títulos do Tesouro
Rendimentos de Aplicações em CDB de estabelecimentos bancários federais
Dividendos de Ações (antigo sistema Telebrás) Direito Uso linhas telefônicas.
RECEITAS DE SERVIÇOS:
Expedição Carteiras Identificação Profissional – CIP
Expedição de Certidões
Expedição de Alvarás

Tabela 3 - Origens das receitas do CRA-ES

Observando, o art. 6º, §1º da Lei 4.320/64, a saber: “§1º. As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber”.

4.2 Desempenho na execução orçamentária e financeira

4.2.1 Desempenho Comparativo das Receitas Arrecadadas nos dois últimos exercícios

Receita Orçamentária		
Receitas Correntes		
Título	2014	2015
Contribuições	3.773.893,96	4.259.010,42
Receita Patrimonial	0,00	1.701,66
Receita de Serviços	453.403,15	461.688,99
Outras Receitas Correntes	196.318,60	170.762,94
Receita Financeira	734.822,20	1.032.738,77
Transferências Correntes	84.019,94	142.155,00
Receitas da Dívida Ativa	139.157,48	212.968,28
Soma	5.381.615,33	6.281.026,06

Tabela 4 - Receita orçamentária em 2014 e em 2015

Receita Extra-Orçamentária.		
Título	2014	2015
Receita Extra – Orçamentária	4.008.458,58	8.365.888,57
Soma	4.008.458,58	8.365.888,57

Tabela 5 - Receita extra-orçamentária em 2014 e em 2015

Disponível		
Título	2014	2015
Bancos – Conta movimento	239.058,87	233.192,84
Responsável por Suprimento	500,00	0,00
Aplicações financeiras – Recursos Vinculados	5.888.258,73	7.206.576,39
Soma	6.127.817,60	7.439.769,23
Total Geral da Execução Orçamentária e Financeira	15.517.891,51	22.142.528,86

Tabela 6 - Disponível em 2014 e em 2015

4.2.2 Desempenho Comparativo das Despesas Realizadas nos dois últimos exercícios

Despesa Orçamentária		
Despesas Correntes		
Título	2014	2015
Pessoal e Encargos	2.098.640,56	1.787.143,04
Outras Despesas Correntes	2.452.811,40	2.988.021,96
Soma	4.551.451,96	4.775.165,00
Despesas de Capital		
Investimentos	24.943,68	78.636,94
Soma	24.943,68	78.636,94
Total da Despesa Orçamentária		
Despesa Extra – Orçamentária	3.703.798,58	8.536.533,06
Soma	3.703.798,58	8.536.533,06

Tabela 7 - Comparativo de despesas realizadas em 2014 e em 2015

4.2.3 Saldo para o exercício de 2016

Disponível		
Bancos – Conta movimento	2014	2015
Bancos c/ movimento	239.058,87	233.192,84
Responsável por suprimento	500,00	0,00
Aplicações financeiras de Liquidez Imediata		
Aplicações financeiras – Recursos Vinculados	5.888.258,73	7.206.576,39
Soma	6.127.817,60	7.439.769,23
Total Geral da Execução Orçamentária e Financeira	14.408.011,82	20.830.104,23

Tabela 8 - Saldo para o exercício de 2016

4.3 Transferências de recursos realizadas no exercício de referência:

O Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração – PRODER é um Fundo de Recursos Financeiros do Conselho Federal de Administração, constituído de 25% (vinte e cinco por cento) da receita oriunda dos CRAs; destinado a criar as condições para desenvolver a melhoria contínua dos resultados e de efetividade dos Regionais no desempenho de suas finalidades, para fortalecer o Sistema CFA/CRAs no interesse da sociedade brasileira. Durante o exercício de 2015, o CRA-ES foi contemplado com a transferência de recursos do PRODER 2015 para atender aos seguintes projetos:

Discriminação dos projetos	Valor
Mês do Administrador	77.629,55
Campanha Institucional 50 Anos da Profissão	58.653,00
Projeto de Fiscalização Presente	5.872,45
Ampliação do hardware	55.845,00
Soma	198.000,00

Tabela 9 - Valores recebidos em 2015, via PRODER

5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos

5.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da entidade

5.1.a Força de Trabalho

Demonstrativo do Quadro de Pessoal do CRA-ES – 31/12/2014

Empregados	Estagiários	Admissão	Dispensa
30	1	6	4

Tabela 10 – Quadro de pessoal do CRA-ES em 2014

Demonstrativo do Quadro de Pessoal do CRA-ES – 31/12/2015

Empregados	Estagiários	Admissão	Dispensa
28	1	0	2

Tabela 11 – Quadro de pessoal do CRA-ES em 2015

Movimentação de pessoal do CRA-ES em 2015

Movimentação do Quadro de Pessoal				Movimentação dos Estagiários		
31/12/2014	Admissão	Dispensa	31/12/2015	Contratados	Dispensados	Existentes
30	0	2	28	1	1	1

Tabela 12 - Movimentação de pessoal no CRA-ES

5.1.b Ingresso de funcionários

A admissão de funcionários para provimento de vagas dos cargos de carreira e cargos comissionados se dá em conformidade com a Resolução Normativa do CFA nº 233 de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a realização de processo de seleção pública para contratação de pessoal no Sistema CFA/CRAs. Aos critérios da Diretoria Executiva do CRA-ES, a admissão de funcionários para provimento de vagas em cargos comissionados, pode eventualmente ser efetuada por processo seletivo simples, dispensando a seleção pública, observando-se a legislação vigente.

5.1.c Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a estrutura de cargos e faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de servidores por Faixa Etária				
	Ate 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1 Analista I	1	3	2	1	0
1.2 Analista II	0	0	0	0	3
1.3 Assistente Adm/Financeiro I	8	4	0	0	0
1.4 Assistente Adm/Financeiro II	0	1	1	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1 Superintendente	0	0	0	0	0
2.2 Gerente de Unidade	0	0	0	0	0
2.3 Assessor Especial	0	0	1	0	0
2.4 Assessor Técnico	0	0	0	0	0
2.5 Assessor de Comunicação	0	1	0	0	0
2.6 Assessor de Treinamento e Eventos	0	1	0	0	0
2.7 Assistente de Gabinete da Presidência	0	1	0	0	0
3. Totais (1 + 2)	9	11	4	1	3

Tabela 13 - Provimento de cargos no CRA-ES - por faixa etária

5.1.d Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a estrutura de cargos e nível de escolaridade

Tipologia do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo									
1.1 Analista I	0	0	0	0	0	4	3	0	0
1.2 Analista II	0	0	0	0	0	3	0	0	0
1.3 Assistente Adm/Financeiro I	0	0	0	0	4	8	0	0	0
1.4 Assistente Adm/Financeiro II	0	0	0	0	0	2	0	0	0
2. Provedimento de Cargo em Comissão									
2.1 Superintendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Gerente de Unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3 Assessor Especial	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.4 Assessor Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Assessor de Comunicação	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.3 Assessor de Treinamento e Eventos	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.4 Assistente de Gabinete da Presidência	0	0	0	0	0	1	0	0	0
3. Totais (1 +2)	0	0	0	0	4	19	5	0	0
LEGENDA NÍVEL DE ESCOLARIDADE 1 - Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não classificada.									

Tabela 14 - Provedimento de cargos no CRA-ES – por escolaridade

5.2. Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciado pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Os contratos de locação de mão de obra firmados pelo CRA-ES não envolvem empresas que tiveram desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011.

6. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas

Registramos que o Sistema CFA/CRA's detém o poder de polícia disciplinado pelo art. 78 do Código Tributário Nacional – CTN e suas receitas correntes são contribuições de interesse da categoria profissional de Administrador, ou seja: **“Espécie de contribuição que se caracteriza por atender a determinadas categorias profissionais ou econômicas, vinculando sua arrecadação às entidades que as instituíram. Não transitam pelo Orçamento da União.”**(grifo nosso)

Considerando que as prerrogativas do Código Tributário Nacional em consonância com a Lei nº 4.320/64, vigentes, possibilitam a continuidade administrativa, orçamentária, patrimonial e contábil

e, são aplicáveis às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais, estamos cientes de que as demonstrações contábeis do Conselho Federal de Administração estão elaboradas e apresentadas em observância às determinações legais, principalmente às determinações da Lei nº 4.320/64, Normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que preveem o registro das receitas e das despesas em regime orçamentário.

Observando, ainda, a NBC 16.6, no que couber às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais.

6.1 Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU

O CRA-ES sempre se pautou no cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais, principalmente as determinações e recomendações desse Egrégio Tribunal de Contas. Como membro do Sistema CFA/CRAs, ao tomar conhecimento da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, bem como do Ofício Circular nº 190/2013/CFA/COF está focado para atender às recomentados do TCU, via Conselho Federal de Administração (CFA)

7. Informações Contábeis

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC n.º 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da entidade.

7.1 Informações sobre a adoção das normas NCASP

7.1.1 Da depreciação, da amortização e da exaustão

A Contabilidade Brasileira tem evoluído com o objetivo de convergir às práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade. Nesse sentido e em cumprimento aos que dispõem os arts. 106, § 3º, e 108, § 2º, da Lei nº 4.320/64, a Instrução Normativa SRF nº 162, de 31/12/1998 e a Resolução CFC nº 1.136, de 21/11/2008, que aprova a NBC T 16.9; o Conselho Federal de Administração criou o Manual de Procedimentos para Depreciação de Bens Patrimoniais, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 428, de 19/12/2012, abrangendo conceitos, procedimentos e instruções referentes à implantação da depreciação anual a ser realizada no âmbito do Sistema CFA/CRAs.

O CRA-ES está ciente da análise e apresentação das Demonstrações contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, ou, ainda prevista na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas. As demonstrações contábeis do CRA-ES são elaboradas e apresentadas principalmente em observância às determinações contidas na Lei nº 4.320/64 e disposições da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que preveem o registro das receitas e despesas em regime orçamentário. Essas demonstrações compreendem:

7.1.2 Balanço Patrimonial

Apresenta os saldos das contas patrimoniais, no valor de R\$ 17.035.451,98 (Dezessete milhões, trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos), na data do levantamento do balanço em 31 de dezembro de 2015.

7.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

Demonstra a apuração do superávit do exercício, no valor de R\$ 2.921.398,47 (Dois Milhões, novecentos e vinte e um mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos), no findo em 31 de dezembro de 2015.

7.1.4 Balanço Financeiro

Demonstra os recursos obtidos e aplicados, no valor de R\$ 20.830.104,23 (Vinte milhões, oitocentos e trinta mil, cento e quatro reais e vinte e três centavos)), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com ênfase na variação das contas do disponível.

7.1.5 Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas orçadas atualizadas, no valor de R\$ 6.039.087,01 (Seis milhões, trinta e nove mil, oitenta e sete reais e um centavo) e as arrecadadas no valor de R\$ 6.336.871,06 (Seis milhões, trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e seis centavos), bem como as despesas orçadas no valor de R\$ 6.039.087,01 (Seis milhões, trinta e nove mil, oitenta e sete reais e um centavo) e as executadas no valor de: Empenhada R\$ 4.935.073,88 (Quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, setenta e três reais e oitenta e oito centavos); liquidada R\$ 4.853.801,94 (Quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e um reais e noventa e quatro centavos); e as Pagas R\$ 4.760.881,27 (Quatro milhões, setecentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos), conforme balanço Orçamentário do exercício de 2015.

7.2. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6

7.2.1 Disponível

7.2.1.1 Caixas e Equivalentes de Caixa

As contas correntes mantidas junto ao Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal nos termos da legislação, apresenta o saldo de R\$ 233.192,84 (Duzentos e trinta e três mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos) em 31 de dezembro de 2015.

As aplicações financeiras mantidas junto ao Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação aplicável, apresenta o saldo de R\$ 7.206.576,39 (Sete milhões, duzentos e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos) na data do Balanço.

7.2.2 Estoques

O CRA-ES não trabalha com estoque de material em almoxarifado. O estoque basicamente é de consumo imediato e de impressos padronizados, com controle de distribuição para os setores, sem a avaliação do custo após a sua aquisição, cujos valores ficam restritos aos registros contábeis e, respectiva documentação comprobatória, notas fiscais, que se encontram arquivadas juntamente com o controle da movimentação financeira diariamente contabilizada.

7.2.3 Imobilizado

O imobilizado está registrado, no valor de R\$ 7.259.847,27 (Sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e sete centavos), ao custo de aquisição ou construção deduzidas as depreciações.

A depreciação sobre os bens móveis é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, de acordo com o Manual de Procedimentos para Depreciação de Bens Patrimoniais, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 428/2012, publicada no D.O. U. nº 223, de 20 de novembro de 2012 Seção 1 p. 140.

7.2.4 Despesas

Conforme disposto na Lei nº 4.320/64 as despesas orçamentárias são contabilizadas, com base no regime de competência.

7.2.5 Receitas de Contribuições

As Receitas de Contribuições são registradas pelo Regime Misto: de Caixa e de Competência, com base na lei 4.320/64 e dispositivos.

O Sistema CFA/CRA não arrecada Receitas de Contribuições. A receita enquadra-se no Grupo de Outras Contribuições Sociais, tais como: anuidades, registros, expedição de carteiras, sendo consideradas receitas parafiscais.

7.2.6 Receita de Serviços

Composição	2014	2015
Rendas e Emolumentos c/ Inscrição	69.417,00	51.469,00
Rendas e Emolumentos c/ Expedição Carteiras	56.572,00	52.334,42
Rendas e Emolumentos c/ Expedição Certidões	235.421,16	241.753,02
Rendas e Emolumentos c/ Taxas Diversas	91.992,99	116.132,55
Soma	453.403,15	461.688,99

Tabela 15 - Composição das receitas de serviços

7.3 Relatório de Auditoria Independente

Conforme estabelece o inciso X do Art. 45 do Regimento Interno do CFA, aprovando pela Resolução Normativa CFA nº 432, de 8 de março de 2013, anualmente o CFA contrata uma empresa para realiza exames de auditoria “in loco” visando constatar se o processo de prestação de contas do CRA-ES está instruído pelas peças necessárias a sua apreciação pelo Plenário do CFA, assim como, aos normativos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN contendo inclusive os comparativos da execução orçamentária, Balanço Financeiro e Patrimonial Comparado e o Demonstrativo das Variações Patrimoniais, com posições no dia 31 de dezembro.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Brasília, 29 de abril de 2016.

À

DD. Diretoria do
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações contábeis do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2015 e o respectivo demonstrativo das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Regional é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Regional para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Regional. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e as variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades públicas e a Lei nº 4.320/64.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS 003688/O-2 S-ES
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-ES

8. RELACIONAMENTO

O acesso à área de atendimento ao público, auditório e salas de aula é facilitado aos cadeirantes por meio de rampas e elevador, que obedecem as normas técnicas da ABNT, para cumprimento do que estabelece a Lei 10.098/2000 e o Decreto 5.296/2004.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

A Comissão de Planejamento e Inovação, criada pela Resolução Normativa CRA-ES nº 007 de 12 de janeiro de 2011, que tem com atribuição identificar e acompanhar atividades que proporcionem sustentabilidade, que atendam melhor os registrados, que proporcionem melhoria contínua nos processos internos, assim como, que ofereçam oportunidades de aprendizado e crescimento dos funcionários, contribui na gestão do CRA-ES. A Comissão é responsável pelo realimento constante do planejamento estratégico do CRA-ES.

Também contribui na gestão do CRA-ES a Comissão Especial de Programação de Eventos do IAES, criada pela Resolução Normativa CRA-ES nº 015 de 21 de novembro de 2011, que tem como atribuição elaborar programas e projetos de atividades autossustentáveis para o desenvolvimento da ciência da administração, com certificação ou não; exercer a coordenação e supervisão geral da realização de eventos e programar a locação de salas, do auditório e de espaços do CRA-ES.

ANEXO I

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

Ativo

Discriminação	31/12/2014	31/12/2015	Varição
ATIVO CIRCULANTE	6.142.273,81	7.579.202,06	1.436.928,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.127.344,60	7.439.769,23	1.312.424,63
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14.929,21	139.432,83	124.503,62
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	0,00
Variações Patrimoniais diminutivas Pagas Antec.	0,00	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.255.472,12	9.456.249,92	1.200.777,80
Ativo Realizáveis a longo Prazo	980.560,30	2.195.104,27	1.214.543,97
Créditos a Longo Prazo	976.960,30	2.191.504,27	1.214.543,97
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.600,00	3.600,00	0,00
Investimentos	1.298,38	1.298,38	0,00
Participações Permanentes	1.298,38	1.298,38	0,00
Imobilizado	7.269.258,89	7.250.670,00	-18.588,89
Bens Móveis	874.168,98	947.471,92	73.302,94
Bens Imóveis	6.791.000,56	6.791.000,56	0,00
(-) Depreciação, Exaustão e Amortiz. Acumul.	395.910,65C	487.802,48C	91.891,83C
Intangível	4.354,55	9.177,27	4.822,72
Softwares	54.720,49	61.720,49	7.000,00
(-) amortização Acumulada	50.365,94C	52.543,22C	2.177,28C
Total do Ativo	14.397.745,93	17.035.451,98	2.637.706,05

Tabela 16 - Balanço patrimonial - Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO
Passivo

Discriminação	31/12/2014	31/12/2015	Variação
PASSIVO CIRCULANTE	701.350,22	627.907,01	-73.443,21
Obrigações trabalhistas, previdência e assistenciais a pagar a curto prazo	224.349,81	193.880,72	-30.469,09
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00	0,00
Fornecedores a contas a pagar a curto prazo	10.694,51	11.408,64	714,13
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	920,35	920,35
Obrigações de repartição a outros entes	22.797,27	83.017,64	60.220,37
Provisões a curto prazo	162.316,00	132.755,45	-29.560,55
Demais obrigações a curto prazo	281.192,63	205.924,21	-75.268,42
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	220.562,00	220.562,00
Obrigações trabalhistas, previdências e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	220.562,00	220.562,00
TOTAL DO PASSIVO	701.350,22	848.469,01	147.118,79
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	0,00
Resultados Acumulados	13.696.395,71	16.186.982,97	2.490.587,26
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.696.395,71	16.186.982,97	2.490.587,26
Total do Passivo	14.397.745,93	17.035.451,98	2.637.706,05

Tabela 17 - Balanço patrimonial comparado - Passivo

ANEXO II

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada

(1/4)

Discriminação	Orçada	Arrecadada Período	Exercício	Diferença
RECEITA REALIZADA	6.039.087,01	546.883,74	6.336.871,06	-297.784,05
RECEITA CORRENTE	5.933.242,01	546.883,74	6.281.026,06	-347.784,05
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.290.179,17	323.329,81	4.259.010,42	31.168,75
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.123.890,00	208.805,22	2.886.847,71	237.042,29
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	2.948.000,00	191.623,66	2.641.693,74	306.306,26
Anuidade - Administrador e Outros Bacharéis	2.859.131,22	191.623,66	2.641.693,74	217.437,48
Anuidade - Tecnólogos	88.868,78	0,00	0,00	88.868,78
PESSOAS FÍSICAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	175.890,00	17.181,56	245.153,97	-69.263,97
Anuidade - Administrador e Outros Bacharéis	169.304,30	17.181,56	245.153,97	-75.849,67
Anuidade - Tecnólogos	6.585,70	0,00	0,00	6.585,70
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	1.166.289,17	114.524,59	1.372.162,71	-205.873,54
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	1.110.342,53	92.838,50	1.263.419,20	-153.076,67
Anuidade PJ	1.110.342,53	92.838,50	1.263.419,20	-153.076,67
PESSOA JURÍDICA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.946,64	21.686,09	108.743,51	-52.796,87
Anuidade PJ	55.946,64	21.686,09	108.743,51	-52.796,87
RECEITA PATRIMONIAL	4.000,00	0,00	1.701,66	2.298,34
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.000,00	0,00	1.701,66	2.298,34
Aluguéis	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Aluguéis – IAES	2.000,00	0,00	1.701,66	298,34
RECEITA DE SERVICOS	605.747,59	69.877,62	625.423,64	-19.676,05
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	83.900,92	6.890,00	51.469,00	32.431,92
Pessoas Físicas	41.950,46	5.365,00	34.957,00	6.993,46
Pessoas Jurídicas	41.950,46	1.525,00	16.512,00	25.438,46
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	62.925,68	6.786,00	52.334,42	10.591,26
Pessoas Físicas	62.925,68	6.786,00	52.334,42	10.591,26
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	211.150,63	20.310,00	241.753,02	-30.602,39
Pessoas Físicas	34.958,71	2.264,00	24.634,67	10.324,04
Pessoas Jurídicas	176.191,92	18.046,00	217.118,35	-40.926,43

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)
(2/4)

EMOLUMENTOS COM TAXAS DIVERSAS	48.942,20	23.500,46	116.132,55	-67.190,35
Receita Taxas	48.942,20	23.500,46	116.132,55	-67.190,35
Cancelamento/licença/RRT e Recursos CFA				
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	198.828,16	12.391,16	163.734,65	35.093,51
Mala Direta, Etiquetas e Outros	20.975,23	0,00	0,00	20.975,23
Inscrições de Processos Seletivos	19.576,88	0,00	0,00	19.576,88
Inscrições de Eventos - IAES	20.000,00	0,00	6.290,00	13.710,00
Recuperação Com Custos de Cobrança	19.576,88	6,00	2.219,84	17.357,04
Custas Processuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Despesas Postais	10.000,00	117,10	944,85	9.055,15
Fotocópias	699,17	40,50	270,30	428,87
Doações/Bonificações - IAES	108.000,00	12.227,56	143.529,66	-35.529,66
Outras Receitas -IAES	0,00	0,00	10.480,00	-10.480,00
FINANCEIRAS	503.817,70	95.043,97	1.032.738,77	-528.921,07
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	48.942,20	10.691,84	97.037,78	-48.095,58
Pessoas Físicas	24.471,10	7.802,71	70.802,29	-46.331,19
Pessoas Jurídicas	24.471,10	2.889,13	26.235,49	-1.764,39
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	144,94	-144,94
Pessoas Físicas	0,00	0,00	144,94	-144,94
Pessoas Jurídicas	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.568,62	1.160,61	17.895,74	8.672,88
Pessoas Físicas	13.284,31	836,70	11.555,81	1.728,50
Pessoas Jurídicas	13.284,31	323,91	6.339,93	6.944,38
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	428.306,88	83.191,52	917.660,31	-489.353,43
Títulos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Poupança	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Investimento Lastreados em Títulos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimento s/ Aplicação Financeira em CDB/CDI	428.306,88	83.191,52	917.660,31	-489.353,43
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	142.155,00	0,00	142.155,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	142.155,00	0,00	142.155,00	0,00

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)
(3/4)

Projeto Campanha Institucional 50 Anos da Profissão	58.653,00	0,00	58.653,00	0,00
Fiscalização Presente	5.872,45	0,00	5.872,45	0,00
Mês do Administrador	77.629,55	0,00	77.629,55	0,00
Transferências de Quota-Parte do CRA/TO	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a CRA em Convênio Pró-evento FIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Auxílios Financeiros a CRAs	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	387.342,55	58.632,34	219.996,57	167.345,98
DÍVIDA ATIVA	387.342,55	55.353,91	212.968,28	174.374,27
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	0,00	10.618,64	58.710,37	-58.710,37
Anuidades/Taxas	0,00	7.033,18	39.380,67	-39.380,67
Auto de Infração	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa s/Dívida Ativa	0,00	148,01	1.265,73	-1.265,73
Juros s/Dívida Ativa	0,00	3.437,45	18.063,97	-18.063,97
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	385.944,20	44.023,98	139.317,18	246.627,02
Anuidades/Taxas	286.661,45	36.615,50	95.420,10	191.241,35
Multas s/Dívida Ativa	8.390,09	214,72	1.218,82	7.171,27
Juros s/Dívida Ativa	69.917,43	6.925,03	40.957,38	28.960,05
Custas Processuais Dívida Ativa Executiva	20.975,23	268,73	1.720,88	19.254,35
MULTAS DE INFRAÇÃO	1.398,35	711,29	14.940,73	-13.542,38
Auto de Infração Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00
Auto de Infração Pessoa Jurídica	1.398,35	711,29	14.940,73	-13.542,38
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	3.278,43	7.028,29	-7.028,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas a Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	105.845,00	0,00	55.845,00	50.000,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e Utensílios de Escritórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)

(4/4)

Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55.845,00	0,00	55.845,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	55.845,00	0,00	55.845,00	0,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	55.845,00	0,00	55.845,00	0,00
Ampliação de Hardwares	55.845,00	0,00	55.845,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	6.039.087,01	546.883,74	6.336.871,06	-297.784,05

Tabela 18 - Comparativo da Receita Orçada com a Realizada

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada
(1/4)

Discriminação	Orçada	Realizada no Período	Exercício	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	5.879.944,11	415.690,23	4.775.165,00	1.104.779,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.090.597,85	180.911,42	1.787.143,04	303.454,81
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.543.567,31	130.665,09	1.357.151,89	186.415,42
Salários	768.971,11	58.743,11	717.304,89	51.666,22
Cargo em Comissão	209.612,53	15.376,20	161.569,58	48.042,95
Gratificação de Função	157.775,73	10.643,02	136.646,29	21.129,44
Bonificação p/Metas	89.213,66	0,00	89.213,66	0,00
Gratificação de Natal - 13º Salário	110.374,83	45.902,76	95.377,27	14.997,56
Abono Pecuniário de Férias	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Férias e 1/3 de Férias - CF/88	173.833,11	0,00	144.479,26	29.353,85
Horas Extras	3.000,00	0,00	192,56	2.807,44
Substituições	20.000,00	0,00	7.118,56	12.881,44
Indenizações Trabalhistas - Aviso Prévio	5.786,34	0,00	5.249,82	536,52
ENCARGOS PATRONAIS	547.030,54	50.246,33	429.991,15	117.039,39
INSS Patronal	394.062,00	38.024,55	296.242,23	97.819,77
INSS Terceiros	1.500,00	0,00	1.040,00	460,00
FGTS	132.717,22	10.453,20	118.713,98	14.003,24
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	17.751,32	1.768,58	13.994,94	3.756,38
Outros Encargos Patronais	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.231.082,04	136.607,63	1.676.342,97	554.739,07
BENEFÍCIOS A PESSOAL	475.110,04	34.763,40	424.148,47	50.961,57
Vale Transporte	9.596,68	405,80	6.509,58	3.087,10
Auxílio Alimentação	220.188,90	15.320,10	190.587,25	29.601,65
Plano de Saúde	238.302,46	18.282,12	220.626,76	17.675,70
Seguro de Vida em Grupo	1.642,00	82,88	1.044,88	597,12
Bolsa de Estudo	5.380,00	672,50	5.380,00	0,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	341.922,76	14.681,95	250.630,11	91.292,65
MATERIAL DE CONSUMO	156.977,76	3.125,90	99.719,35	57.258,41
Materiais de Expediente/Informática	22.500,00	0,00	13.185,61	9.314,39
Carteiras de Identificação Profissional	32.500,00	0,00	0,00	32.500,00
Materiais para Manutenção de Bens Móveis e Utensílios	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Materiais para Manutenção de Máquinas e Equipamentos	7.000,00	299,00	5.255,40	1.744,60

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)
(2/4)

Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	5.977,76	96,00	3.073,76	2.904,00
Materiais de Copa e Cozinha	1.000,00	132,00	357,30	642,70
Uniformes	18.000,00	0,00	17.828,52	171,48
Gêneros de Alimentação	8.000,00	818,50	3.663,83	4.336,17
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	9.000,00	107,00	7.913,61	1.086,39
Fornecimento de Alimentação	51.000,00	1.673,40	48.441,32	2.558,68
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	28.340,00	995,00	23.722,60	4.617,40
Materiais Institucionais	23.500,00	0,00	18.900,00	4.600,00
Outros Materiais de Consumo	4.840,00	995,00	4.822,60	17,40
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	11.610,00	735,00	11.084,00	526,00
Estagiário por Tempo Determinado	6.110,00	735,00	5.884,00	226,00
Diversos Serviços de Terceiros - PF	5.500,00	0,00	5.200,00	300,00
DIÁRIAS	88.995,00	2.647,86	65.276,96	23.718,04
Diárias - Funcionários	48.995,00	558,00	35.120,32	13.874,68
Diárias - Conselheiros/Colaboradores	40.000,00	2.089,86	30.156,64	9.843,36
PASSAGENS	40.000,00	5.120,19	37.056,90	2.943,10
Passagens - Funcionários/Conselheiros/Colaboradores	40.000,00	5.120,19	37.056,90	2.943,10
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Funcionários/Conselheiros/Colaboradores	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM LOCOMOÇÃO - REUNIÕES	16.000,00	2.058,00	13.770,30	2.229,70
Disp. Locomoção - Conselheiros	16.000,00	2.058,00	13.770,30	2.229,70
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.414.049,24	87.162,28	1.001.564,39	412.484,85
Manutenção de Software	127.000,00	17.770,14	118.584,10	8.415,90
Manutenção de Rede e Equipamentos de Informática	71.400,00	8.200,00	61.660,00	9.740,00
Assinatura de Jornais e Periódicos	1.549,70	0,00	1.549,70	0,00
Energia Elétrica	48.000,00	4.332,55	45.559,16	2.440,84
Água e Esgoto	8.272,33	435,18	6.245,96	2.026,37
Comunicação Telefônica/Internet	48.000,00	2.865,85	34.990,28	13.009,72
Comunicação Postal	244.000,00	10.946,12	179.621,21	64.378,79
Locação de Equip. e Bens Móveis em Geral	33.200,00	2.549,74	24.660,04	8.539,96
Seguro em Geral	1.216,11	0,00	1.216,11	0,00
Intermediação de Estágio	716,10	104,50	663,85	52,25

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)

(3/4)

Seleção e Treinamento	25.000,00	1.760,00	13.893,50	11.106,50
Limpeza e Conservação	170.750,00	10.247,23	146.720,97	24.029,03
Publicações	20.200,00	130,51	16.874,29	3.325,71
Impressões Gráficas/Jornais/Cópias e Encadernações	84.000,00	2.454,40	52.868,22	31.131,78
Segurança Eletrônica	14.800,00	800,00	9.600,00	5.200,00
Eventos	48.000,00	0,00	18.474,55	29.525,45
Instituto de Administração do ES	191.680,00	0,00	62.085,07	129.594,93
Comunicação e Divulgação	40.965,00	-174,12	6.742,88	34.222,12
Serviços de Consultoria/Assessoria de Terceiros	54.000,00	7.708,19	49.835,14	4.164,86
Assessoria Contábil	59.000,00	4.651,38	49.408,28	9.591,72
Assessoria Jurídica	63.000,00	9.166,50	62.401,50	598,50
Assessoria a Restrição de Créditos	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Outros Serviços – PJ	23.500,00	709,88	11.679,72	11.820,28
Reparos, Adaptações e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	27.800,00	2.504,23	26.229,86	1.570,14
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota Parte	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	95.000,00	6.857,51	58.373,91	36.626,09
Sentenças Judiciais	26.000,00	860,69	19.287,89	6.712,11
Indenizações, Restituições e Reposições	10.000,00	0,00	1.729,88	8.270,12
Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	7.000,00	5,35	2.755,25	4.244,75
Homenagens	8.000,00	1.485,00	4.901,16	3.098,84
Patrocínio	3.000,00	1.750,00	1.750,00	1.250,00
Despesas Cartoriais e Taxas	15.000,00	0,00	7.314,09	7.685,91
Execução Fiscal	25.000,00	2.756,47	20.635,64	4.364,36
SERVIÇOS BANCÁRIOS	63.000,00	6.412,44	45.602,96	17.397,04
Tarifas Sobre Serviços Bancários	4.000,00	1.655,59	3.373,91	626,09
Despesas com Cobrança	39.000,00	2.730,20	29.193,10	9.806,90
Despesas Com Cobrança s/Cartão	20.000,00	2.026,65	13.035,95	6.964,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.366.737,32	84.901,23	1.207.702,12	159.035,20
SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.168.217,40	83.017,64	1.011.154,89	157.062,51
Cota Parte CFA	1.168.217,40	83.017,64	1.011.154,89	157.062,51

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)
(4/4)

TRANSFERÊNCIA DE CUSTEIO DE PROJETOS	198.519,92	1.883,59	196.547,23	1.972,69
Transferência de Custeio de Projetos - PRODER	56.364,92	0,00	54.392,23	1.972,69
Transferência de Custeio de Projetos - PRODER	142.155,00	1.883,59	142.155,00	0,00
Projeto Campanha Institucional 50 Anos da Profissão	58.653,00	1.770,00	58.653,00	0,00
Fiscalização Presente	5.872,45	113,59	5.872,45	0,00
Mês do Administrador	77.629,55	0,00	77.629,55	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	33.526,90	0,00	0,00	33.526,90
Reserva de Contingência	33.526,90	0,00	0,00	33.526,90
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	159.142,90	10.600,00	78.636,94	80.505,96
INVESTIMENTOS	103.297,90	0,00	42.170,94	61.126,96
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Obras/Reformas e Instalações	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	80.797,90	0,00	35.170,94	45.626,96
Móveis e Utensílios	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Máquinas e Equipamentos	12.797,90	0,00	7.300,00	5.497,90
Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos de Informática	65.000,00	0,00	27.870,94	37.129,06
Imagem e Som	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00
INTANGÍVEL	7.500,00	0,00	7.000,00	500,00
Sistemas de Informática e Processamento de Dados - Softwares	7.500,00	0,00	7.000,00	500,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	55.845,00	10.600,00	36.466,00	19.379,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55.845,00	10.600,00	36.466,00	19.379,00
Transferência de Custeio de Projetos - PRODER	55.845,00	10.600,00	36.466,00	19.379,00
Ampliação de Hardwares	55.845,00	10.600,00	36.466,00	19.379,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS - LIQUIDADAS	6.039.087,01	426.290,23	4.853.801,94	1.185.285,07

Tabela 19 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

ANEXO III
BALANÇO FINANCEIRO
RECEITAS

Títulos	31/12/2014	31/12/2015
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes		
Contribuições	3.773.893,96	4.259.010,42
Receita Patrimonial	0,00	1.701,66
Receita de Serviços	453.403,15	461.688,99
Outras Receitas Correntes	196.318,60	170.762,94
Receitas Financeiras	734.822,20	1.032.738,77
Transferências Correntes	84.019,94	142.155,00
Receitas da Dívida Ativa	139.157,48	212.968,28
Subtotal (Receitas Correntes):	5.381.615,33	6.281.026,06
Receitas de Capital		
Transferências e Capital	-	55.845,00
Subtotal (Receitas de Capital):	-	55.845,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA		
Receita Extra Orçamentária.	4.008.458,58	8.365.888,57
Subtotal (Receitas Extra Orçamentárias):	4.008.458,58	8.365.888,57
DISPONÍVEL		
Saldo do Exercício Anterior	5.017.937,91	6.127.344,60
Total do Ativo do Balanço Financeiro	14.408.011,82	20.830.104,23

Tabela 20 - Balanço financeiro – Receitas

BALANÇO FINANCEIRO**DESPESAS**

Títulos	31/12/2014	31/12/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO		
Despesas Correntes		
Pessoal e Encargos Sociais	2.098.640,56	1.787.143,04
Outras Despesas Correntes	2.379.638,29	1.676.342,97
Demais Despesas Correntes	0,00	58.373,91
Despesas Bancárias	37.339,32	45.602,96
Transferências Correntes	35.833,79	1.207.702,12
Subtotal (Despesas Correntes):	4.551.451,96	4.775.165,00
Despesas de Capital		
Investimentos	24.943,68	42.170,94
Outras Despesas Capital	0,00	36.466,00
Subtotal (Despesas de Capital):	24.943,68	78.636,94
TOTAL DESP. ORÇAMENTÁRIA	4.576.395,64	4.853.801,94
EXTRAORÇAMENTÁRIA		
Despesa Extra Orçamentária	3.703.798,58	8.536.533,06
Subtotal (Despesas Extra Orçamentárias):	3.703.798,58	8.536.533,06
DISPONÍVEL		
Disponível		
Saldo para o Exercício Seguinte	6.127.817,60	7.439.769,23
Total do Passivo do Balanço Financeiro	14.408.011,82	20.830.104,23

Tabela 21 - Balanço financeiro – Despesas

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES ATIVAS

Títulos	2015
Variação Patrimonial Aumentativa	7.923.814,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	115.768,75
Taxas	115.768,75
Taxas pela Prestação de Serviços	115.768,75
Contribuições	4.041.849,44
Contribuições Sociais	4.041.849,44
Contribuições Sociais	4.041.849,44
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	510.384,61
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	510.384,61
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	510.384,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.032.359,66
Juros e Encargos de Mora	96.817,13
Outros Juros e Encargos de Mora	96.817,13
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	935.542,53
Multas Sobre Anuidades	935.542,53
Transferências Recebidas	198.000,00
Transferências Intragovernamentais	198.000,00
Transferências Intragovernamentais	198.000,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.025.451,79
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.025.451,79
Multas Administrativas	7.028,29
Reversão de Provisões	162.316,00
Dívida Ativa	1.853.467,48
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	2.640,02
Total das Variações Ativas:	7.923.814,25
Déficit do Exercício	0,00
Total	7.923.814,25

Tabela 22 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações ativas

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**VARIAÇÕES PASSIVAS**

Títulos	2015
Variação Patrimonial Diminutiva	5.002.415,78
Pessoal e Encargos	2.212.067,73
Remuneração de Pessoal	1.363.030,93
Remuneração a Pessoal – RPPS	1.363.030,93
Encargos Patronais	424.888,33
Encargos Patronais – RPPS	424.888,33
Benefícios a Pessoal	424.148,47
Benefícios a Pessoal – RPPS	424.148,47
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.392.016,57
Uso de Material de Consumo	123.441,95
Consumo de Material	123.441,95
Serviços	1.174.355,51
Diárias	65.276,96
Serviços Terceiros - Pessoas Físicas	61.911,20
Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas	1.047.167,35
Depreciação, Amortização e Exaustão	94.219,11
Depreciação	92.041,83
Amortização	2.177,28
Transferências Concedidas	1.207.702,12
Transferências Intragovernamentais	1.207.702,12
Transferências Intragovernamentais	1.207.702,12
Desvalorização e Perda de Ativos	132.755,45
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	132.755,45
Variação Patrimonial Diminutiva com Provisão para Perdas de Créditos	132.755,45
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	57.873,91
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	57.873,91
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	57.873,91
Total das Variações Passivas	5.002.415,78
Superávit do Exercício	2.921.398,47
Total	7.923.814,25

Tabela 23 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações passivas

ANEXO V

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

ATIVO

Títulos	Saldo em	Saldo em	Variações	
	31.12.2014	31.12.2015	Para mais	Para menos
ATIVO CIRCULANTE	6.142.273,81	7.579.202,06	1.436.928,25	-
DISPONÍVEL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.127.344,60	7.439.769,23	1.312.424,63	-
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14.929,21	139.432,83	124.503,62	-
Investimentos	0,00	0,00	-	-
Estoque	0,00	0,00	-	-
Variações Patrimoniais diminutivas Pagas Antec.	0,00	0,00	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.255.472,12	9.456.249,92	1.200.777,80	-
Ativo Realizáveis a Longo Prazo	980.560,30	2.195.104,27	1.214.543,97	-
Crédito a Longo Prazo	976.960,30	2.191.504,27	1.214.543,97	-
Demais Créditos a Valores a Longo Prazo	3.600,00	3.600,00	-	-
Investimentos	1.298,38	1.298,38	-	-
Participações Permanentes	1.298,38	1.298,38	-	-
Imobilizados	7.269.258,89	7.250.670,00	-	-18.588,89
Bens Moveis	874.168,98	947.471,92	73.302,94	-
Bens Imóveis	6.791.000,56	6.791.000,56	-	-
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada	395.910,65C	487.802,48	91.891.83C	-
Intangível	4.354,55	9.177,27	4.822,72	-
Softwares	54.720,49	61.720,49	61.720,49	-
(-) Amortização Acumulada	50.365,94C	52.543,22	2.177,28C	-
Total de Ativos	14.397.745,93	17.035.451,98	2.637.706,05	-

Tabela 24 - Balanço Patrimonial Comparado - Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

PASSIVO

Títulos	Saldo em	Saldo em	Variações	
	31.12.2014	31.12.2015	Para mais	Para menos
PASSIVO CIRCULANTE	701.350,22	627.907,01	-	-73.443,21
Obrigações Trabalhista, previdenciário e assistenciais a pagar a curto prazo	224.349,81	193.880,72	-	-30.469,09
Empréstimos e financiamento a curto prazo	0,00	0,00	-	-
Fornecedores a contas a pagar a curto prazo	10.694,51	11.408,64	714,13	-
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	920,35	920,35	-
Obrigações de repartição a outros entes	22.797,27	83.017,64	60.220,37	-
Provisões a curto prazo	162.316,00	132.755,45	-	-29.560,55
Demais obrigações a curto prazo	281.192,63	205.924,21	-	-75.268,42
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	220.562,00	220.562,00	-
Obrigações Trabalhistas, previdências e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Empréstimos e financiamento a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Fornecedores a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Obrigações Fiscais a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Provisões a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Resultado Diferido	0,00	220.562,00	220.562,00	-
TOTAL DO PASSIVO	701.350,22	848.469,01	147.118,79	-
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	0,00	-
Resultados Acumulados	13.696.395,71	16.186.982,97	2.490.587,26	-
TOTAL DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.696.395,71	16.186.982,97	2.490.587,26	-
Total do Passivo	14.397.745,93	17.035.451,98	2.637.706,05	-

Tabela 25 - Balanço patrimonial comparado - Passivo

ANEXO VI

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(1/2)

INGRESSOS	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
Receitas Corrente	6.281.026,06	5.381.615,33
Receitas de Contribuições	4.259.010,42	3.773.893,96
Anuidades Pessoas Físicas	2.886.847,71	2.624.412,19
Pessoas Físicas do Exercício	2.641.693,74	2.449.398,91
Pessoas Físicas do Exercício Anteriores	245.153,97	175.013,28
Anuidades de Pessoas Jurídicas	1.372.162,71	1.149.481,77
Pessoas Jurídica do Exercício	1.263.419,20	1.088.470,58
Pessoas Jurídica de Exercícios Anteriores	108.743,51	61.011,19
Receita Patrimonial	1.701,66	0,00
Receitas Imobiliárias	1.701,66	0,00
Receitas de Serviços	625.423,64	649.721,75
Emolumentos com Inscrições	51.469,00	69.417,00
Emolumento com Expedições de Carteiras	52.334,42	56.572,00
Emolumento com Expedições de Certidões	241.753,02	235.421,16
Emolumento com Taxas Diversas	116.132,55	91.992,99
Receitas Diversas de Serviços	163.734,65	196.318,60
Financeiras	1.032.738,77	1.034.822,20
Juros de Mora sobre Anuidade	97.037,78	67.684,80
Juros de Morada sobre Multas de Infrações	144,94	1.760,78
Multas sobre as Anuidades	17.895,74	24.544,68
Remuneração de Dep. Banc. e Aplicações Financeiras	917.660,31	640.831,94
Transferências Correntes	142.155,00	84.019,94
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	142.155,00	84.019,94
Outras Receitas Correntes	219.996,57	139.157,48
Dívidas Ativa	212.968,28	139.157,48
Divida Ativa em Fase Administrativa	58.710,37	0,00
Divida Ativa em Fase Executiva	139.317,18	139.157,48
Multas de Infração	14.940,73	0,00
Ingressos Extraorçamentários	8.365.888,57	4.008.458,58
DESEMBOLSOS		
Despesas Correntes	4.775.165,00	4.551.451,96
Pessoas e Encargos Sócios	1.787.143,04	1.702.538,86
Outras Despesas Correntes	1.676.342,97	1.829.844,57
Demais Despesas Correntes	58.373,91	0,00
Serviços Bancarias	45.602,96	37.339,32
Transferências Correntes	1.207.702,12	981.729,21
Restos a Pagar não Processados Liquidados a Pagar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(2/2)

DESEMBOLSOS	2015	2014
Desembolsos Extraorçamentários	8.536.533,06	3.703.798,58
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.335.216,57	1.134.823,37
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
Receita de Capital	55.845,00	0,00
Transferências de Capital	55.845,00	0,00
Transferências	55.845,00	0,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	55.845,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Investimentos	42.170,94	24.943,68
Outras Despesas Capital	36.466,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-22.791,94	-24.943,68
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.312.424,63	1.109.879,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	6.127.344,60	5.017.937,91
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.439.769,23	6.127.817,60

Tabela 26 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

ANEXO VII

TERMO CONFERÊNCIA DE CAIXA

Os abaixo assinados, designados, pelo Conselho Regional de Administração do Espírito Santo declaram, por este TERMO DE VERIFICAÇÃO DE CAIXA que o SALDO DE CAIXA, em 31/12/2015, apresenta a seguinte posição:

Discriminação	Valor (R\$)
DISPONIVEL	
- Em espécie	500,00
- Em Cheques Pré-datados	-
- Em Cheques depositados e devolvidos p/Banco	-
- Em Cheques não considerados p/ Caixa	-
Total existente em caixa	500,00

Tabela 27 - Conferência de Caixa

ANEXO VIII

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição	2014	2015
Despesas a serem ressarcidas ao CRA	-	-
Despesas a serem ressarcidas p/ Empregados	-	-
Adiant.(Férias, 13º Salário e Parc. Férias)	10.535,49	-
Parcelamento de Férias	-	-
Apropriação Adiant. Auxílio Refeição	-	-
Apropriação Adiantamento de Férias	-	-
Apropriação Adiant. 1/3 de Férias	-	-
Apropriação Adiant. Auxilio Transporte	-	-
Apropriação Adiant. Abono Pecuniário de Férias	-	-
Apropriação Adiant. 13º Salário	-	-
Entidades Públicas Devedores	-	-
Soma	10.535,49	-

Tabela 28 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

O ativo Imobilizado da entidade, em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 7.259.947,27 (Sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e sete centavos), está composto conforme apresentado na tabela abaixo:

Ativo Não Circulante – Imobilizado

Contas Contábeis	2014			2015		
	Valor Contábil	Depreciação	Saldo 31/12/2014	Valor Contábil	Depreciação	Saldo
BENS IMÓVEIS						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Prédios	6.791.000,56	-	6.791.000,56	6.791.000,56	-	6.791.000,56
Total dos Imóveis	6.791.000,56	-	6.791.000,56	6.791.000,56	-	6.791.000,56
BENS MÓVEIS						
Bens Móveis	874.168,98	395.910,65	478.258,33	947.471,92	487.802,48	459.669,44
Bens Intangíveis	54.720,49	50.365,94	4.354,55	61.720,49	52.543,22	9.177,27
Bens Automotores	-	-	-	-	-	-
Ações Ant.Telebrás	-	-	-	-	-	-
Total dos Móveis.	928.889,47	446.276,59	482.612,88	1.009.192,41	540.345,70	468.846,71
Total do Imobilizado	7.719.890,03	446.276,59	7.273.613,44	7.800.192,97	540.345,70	7.259.847,27

Tabela 29 - Ativo não circulante - Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são depreciados de acordo com as orientações contidas no Manual de Depreciação de Bens aprovado regulamentado para o Sistema CFA/CRA's pela Resolução Normativa CFA nº 428/2012, ou seja, pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens.

Movimentação do Imobilizado – Bens Imóveis

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Saldo Residual em 31/12/2014	Baixa 2015	Saldo em 31/12/2015	Saldo Residual em 31/12/2015
Terreno	-	-	-	-	-
Edifício sede do CRA-ES	6.791.000,56	6.791.000,56	-	6.791.000,56	6.791.000,56
Total Bens Imóveis	6.791.000,56	6.791.000,56	-	6.791.000,56	6.791.000,56

Tabela 30 - Movimento do imobilizado - bens imóveis

Movimentação do Imobilizado – Bens Móveis

Descrição	Depreciação 2014	Saldo Residual 31/12/2014	Aquisições 2015	Incorporações 2015	Baixas 2015	Depreciação 2015	Saldo Residual 31/12/2015
Bens Móveis	273.999,91	478.258,33	74.276,94	-	974,00	91.891,83	459.669,44
Bens Intangíveis	36.383,21	4.354,55	7.000,00	-	-	2.177,28	9.177,27
Automotores	-	-	-	-	-	-	-
Ações Telebrás	-	-	-	-	-	-	-
Total Bens Móveis	310.383,21	482.612,88	81.276,94	-	974,00	94.069,11	468.846,71

Tabela 31 - Movimento do imobilizado - bens móveis

ANEXO IX
CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS
DECLARAÇÃO

Declaramos que os valores dos saldos existentes nas contas bancárias, verificado por meio de extratos, coincidem com os valores registrados nos Demonstrativos Contábeis. Portanto, não existem contas a serem conciliadas.

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2015

Adm. Hércules da Silva Falcão
Presidente – CRA-ES nº 0058

Rodrigo Lagasse Dias
Contador
CRC-ES nº 018993/P-3
CPF 116.075.907-35

ANEXO X

**DEMONSTRATIVO ANALITICO DE RESTOS A PAGAR
DIVIDAS E ÔNUS REAIS**

Itens	Data	Nome do credor	Valor
13	31/12/2015	EGS Elevadores Ltda EPP.	2.310,00
20	31/12/2015	Global Village Telecom Ltda	496,44
27	31/12/2015	Qualitare Agência de Internet Ltda – ME	260,00
31	31/12/2015	Serasa S/A	29,65
36	31/12/2015	Vivo S/A	571,10
39	31/12/2015	Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan	435,18
63	31/12/2015	Colaboradores Diversos	400,00
68	31/12/2015	Conselho Federal de Administração – CFA	83.017,64
336	31/12/2015	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – Escelsa	2.440,84
411	31/12/2015	Bacharéis, Tecnólogos, Profissionais e Empresas Diversos(as)	59,00
444	31/12/2015	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	14.429,58
445	31/12/2015	Special Serviços Postais Ltda	24.871,16
446	31/12/2015	Servinorte Serviços Ltda EPP	11.125,69
447	31/12/2015	Rodrigo Lagasse Dias - MEI (RL Assessoria Contábeis)	4.651,38
449	31/12/2015	MFX Serviços e Construções EIRELI	964,23
451	31/12/2015	Network Comunicação Ltda EPP	3.839,27
501	31/12/2015	Eletro Life Comercial Ltda	96,00
502	31/12/2015	Eletro Life Comercial Ltda	995,00
506	31/12/2015	SELF Tecnologia Comércio e Serviços Ltda – ME	10.380,00
507	31/12/2015	SELF Tecnologia Comércio e Serviços Ltda – ME	1.750,00
508	31/12/2015	SELF Tecnologia Comércio e Serviços Ltda – ME	410,00
509	31/12/2015	SELF Tecnologia Comércio e Serviços Ltda – ME	1.400,00
513	31/12/2015	Departamento de Imprensa Oficial – DIO	652,87
514	31/12/2015	Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.768,58
515	31/12/2015	Conselho Federal de Administração – CFA	6.839,00
		TOTAL	174.192,61

Tabela 32 - Dívidas e ônus reais

ANEXO XI

DECLARAÇÃO RENDIMENTOS E DE BENS

De acordo com o estabelecido no Inciso VIII do Art. 24 da Instrução Normativa nº. 04, de 24 de dezembro de 1996, da Secretaria Federal de Controle, publicada no D.O.U. nº. 251, de 27 de dezembro de 1996, DECLARO, que os AGENTES RESPONSÁVEIS, MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA e o SUPERINTENDENTE do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES estão em dia com exigência de apresentação da DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS de que trata a Lei nº. 8.730, de 10 de novembro de 1993, cujas declarações estão arquivadas no Gabinete da Presidência.

Vitória/ES, 25 de maio de 2016.



Adm. Hércules da Silva Falcão
Presidente
CRA-ES nº. 0058

ANEXO XII**DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CADASTRO**

Pessoas Físicas	
Dados	Totais
Registros Ativos	16.517
Registros Quites	9.901
Registros Licenciados	370
Registros Cancelados	6.839
Registros Transferidos	208
Registros Remidos	91
Pessoas Jurídicas	
Dados	Totais
Registros Ativos	2.604
Registros Quites	2.254
Registros Cancelados	1.324
Registros Transferidos	2

Tabela 33 - Demonstrativo das ações de cadastro

ANEXO XIII**DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO**

Dados	Totais
1. Ofícios expedidos pelo Setor de Fiscalização, solicitando documentos para análise.	1.713
2. Intimações expedidas para Pessoa Jurídica.	694
3. Intimações expedidas para Pessoa Física.	10
4. Processos de Fiscalização de PJ em andamento, objetivando o registro de empresas.	179
5. Processos de Fiscalização de PJ em andamento, objetivando coibir o exercício ilegal da Profissão de Administrador pelos seus funcionários (conivência).	0
6. Processos de Fiscalização de PF (exercício ilegal da Profissão, em andamento).	4
7. Processos de Fiscalização de PJ julgados pelo Plenário do CRA.	1.255
8. Processos de Fiscalização de PF julgados pelo Plenário do CRA.	11
9. Processos de Fiscalização de PJ encaminhados ao CFA em grau de recurso.	41
10. Processos de Fiscalização de PF encaminhados ao CFA em grau de recurso.	3

Tabela 34 - Demonstrativo das ações de fiscalização

ANEXO XIV**DIRIGENTES E MEMBROS DO CRA-ES**

Nome	Período de Gestão	Função	Segmento
Hércules da Silva Falcão	01/01/2015 a 31/12/2016	Presidente	Plenário
Manoel Carlos Rocha Lima	01/01/2015 a 31/12/2016	Vice-Presidente	Plenário
Fernando Antonio Marins de Albuquerque	01/01/2015 a 31/12/2016	Diretor Adm. Financeiro	Plenário
Herickson Rubim Rangel	01/01/2015 a 31/12/2016	Diretor Adm Financeiro Adjunt	Plenário
Maurílio José Martins Inês	01/01/2015 a 31/12/2016	Diretor de Fisc. Registro	Plenário
Flávio Celso Santos Rosa	01/01/2015 a 31/12/2016	Diretor de Fisc. Registro Adjunto	Plenário
Priscilla Modolo de Assunção Lopes	01/01/2013 a 31/12/2016	Conselheira	Plenário
Robson Brandão Neves	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Jocélia Ângela Gumiere da Silva	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Fabrizio Nunes Azevedo	01/01/2013 a 31/12/2016	Conselheiro	Plenário
Alberto Farias Gavini Filho	01/01/2013 a 31/12/2016	Conselheiro	Plenário
Sônia Maria De Souza	01/01/2013 a 31/12/2016	Conselheira	Plenário
Alessandro Barreto de Prá	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Giovani Borgo Sardi	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Márcia Valéria Ferreira Carvalho	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Ruy Dias de Souza	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Osamu Francisco Takahata	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Alzira Bermudes Barcellos	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Pedro Cipriano Prêmoli	20/03/1997 a 31/12/2015	Superintendente	Quadro de PESSOAL

Tabela 35 - Relação de dirigentes e membros do CRA-ES

ANEXO XV

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO 2015

1. Contexto Operacional

O Conselho Regional Administração do Espírito Santo (CRA-ES) localizado na Aluysio Simões, 172, Bento Ferreira, Vitória/ES, criado pela Lei nº 4.769, de 09/09/1965 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Administrador e dá outras providências” e Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965 e dá outras providências” criando os Conselhos Federal e Regionais de Administração, tem como principais atividades o registro e a fiscalização do exercício profissional.

Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, funciona como Autarquia Federal, tendo sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 107, de 29 de dezembro de 1990, alterada pela Resolução Normativa CFA nº 243, de 29 de dezembro de 2000 e alterada pela Resolução Normativa CFA nº 410, de 10 de junho de 2011.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) e sua nova harmonização internacional; com os Princípios Contábeis geralmente aceitos, com a Resolução Normativa CFA nº 274, de 12 de dezembro de 2002, que aprova o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e contábeis do Sistema CFA/CRAs.

3. Principais Diretrizes Contábeis

A contabilidade do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo é elaborada com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP).

A contabilidade do CRA-ES segue os Princípios de Contabilidade, conforme citado na Resolução CFC nº 750/1993, tais como: Princípio da Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo Valor original; Competência; Prudência.

3.1 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo CRA-ES, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição Federal: Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder

Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.”

Caixa e equivalentes de caixa incluem: saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho registrado no resultado do período:

TÍTULOS	2015	2014
Caixa e Equivalente de Caixa	7.439.769,23	6.127.344,60
Bancos Conta Movimento	232.840,64	183.009,95
Bancos Aplicações Financeiras	7.206.576,39	5.888.258,73
Disponibilidade em Trânsito	0,00	27,00
Bancos Conta Vinculada a Convênios	352,20	56.364,92

Tabela 36 – Caixa e equivalentes de caixa

b) Créditos a Receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado e neste exercício ocorreu o reconhecimento de crédito tributário a receber em 02/01/2015 a maior que o real devido a utilização de estimativas com desvio padrão, sendo o ajuste de saldo estornado em 31/12/2015 em conta de resultado, não afetando o resultado do exercício, conforme procedimentos recomendados pela legislação vigente e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 5º e 6º Edição.

TÍTULOS	2015	2014
Créditos de Curto Prazo	-	-
Créditos de Longo Prazo	2.195.104,27	980.560,30

Tabela 37– Créditos a receber

c) Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações como adiantamentos a colaboradores, valores a receber de entes públicos e terceiros, suprimento de fundos até o término do exercício seguinte: Devedores da Entidade R\$ 5.875,25; Suprimento de Fundos R\$ 500,00; Tributos a Recuperar R\$ 1.491,34.

Também compõe os Demais Créditos e Valores de Curto Prazo os Recebimentos por Cartão de Crédito em Trânsito no valor de R\$ 131.566,24.

d) Estoques

O CRA-ES não trabalha com estoque de material em almoxarifado, uma vez que as aquisições resumem-se em materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação. Essas aquisições basicamente são de consumo imediato e de impressos padronizados, com controle de distribuição para os setores, sendo reconhecido no resultado, imediatamente no momento da aquisição.

e) Bens Patrimoniais

Os bens móveis registrados no ativo imobilizado não sofreram reavaliação neste exercício, e os valores registrados no Balanço Patrimonial, são os de origem.

Foi realizado um acerto de saldo referente ao registro em duplicidade de aquisição de 2 HD's Externos no exercício de 2014.

Ocorreu a baixa de 2 bens no valor de R\$ 75,00 cada na conta de Móveis e Utensílios.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2014	AQUISIÇÕES	BAIXAS	REAVALI AÇÃO	SALDO EM 31/12/2015
Móveis e Utensílios	487.507,48	-	150,00	-	487.357,48
Máquinas e Equipamentos	110.758,12	7.300,00	-	-	118.058,12
Utensílios de Copa e Cozinha	2.653,00	-	-	-	2.653,00
Equipamentos de Informática	247.127,58	64.336,94	(824,00)	-	310.640,52
Imagem e Som	26.122,80	2.640,00	-	-	28.762,80
Imóveis	6.791.000,56	-	-	-	6.791.000,56
Sistema de Informática e Processamento de Dados – Software	54.720,49	7.000,00	-	-	61.720,49

Tabela 38 – Aquisições e baixas dos bens do ativo imobilizado

f) Depreciação

O método de depreciação e Amortização está de acordo com o Manual de Procedimentos para Depreciação dos Bens Patrimoniais no âmbito do Sistema CFA/CRA's conforme Resolução Normativa CFA 428 de 19 de novembro de 2012.

1. Método, Vida Útil Econômica e Índices Utilizados:

CONTA	TÍTULO	VIDA ÚTIL (ANUAL)	TAXA DEPREC/AMORT.
1.2.4.1.1.01.01	Móveis e Utensílios	10	10%
1.2.3.1.1.01.02	Máquinas e Equipamentos	05	20%
1.2.3.1.1.01.03	Utensílios de Copa e Cozinha	05	20%
1.2.3.1.1.01.04	Equipamentos de Informática	05	20%
1.2.3.1.1.01.06	Imagem e Som	05	20%
1.2.4.1.1.01.01	Sistema de Informática e Processamento de Dados - Software	02	50%

Tabela 39 – Método, Vida Útil Econômica e Índices Utilizados

2. Valor Contábil e Depreciação acumulada:

TÍTULO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPREC/AMORT ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL
Móveis e Utensílios	487.357,48	(182.982,60)	304.374,88
Máquinas e Equipamentos	118.058,12	(88.224,11)	29.834,01
Utensílios de Copa e Cozinha	2.653,00	(2.185,60)	467,40
Equipamentos de Informática	310.640,52	(193.901,51)	116.739,01
Imagem e Som	28.762,80	(20.508,66)	8.254,14
Imóveis	6.791.000,56	0,00	6.791.000,56
Sistema de Informática e Processamento de Dados – Software	61.720,49	(52.543,22)	9.177,27

Tabela 40 – Valor Contábil e Depreciação acumulada

g) Passivo Circulante

Representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratação junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2015; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros.

TÍTULOS	2015	2014
Obrigações Curto Prazo a Pagar	217.559,64	185.226,23
Encargos Sociais	30.445,69	68.920,28
Consignações e Obrigações Fiscais	17.409,35	12.580,36
Credores da Entidade	11.408,64	10.694,51
Obrigações Fiscais	920,35	0,00
Obrigações de repartição junto ao CFA	83.017,64	22.797,27
Demais Obrigações de Curto Prazo	74.357,97	70.233,81

Tabela 41 – Obrigações de curto prazo a pagar

h) Restos a Pagar

Foram inscritos em restos a pagar o montante de R\$ 174.192,61 sendo R\$ 92.861,67 em restos a pagar processados e R\$ 81.330,94 em restos a pagar não processados que estão discriminados em contas do passivo circulante.

i) Provisões a Curto Prazo

Registram-se os valores lançados a título de provisões para férias, 13º salário, processos judiciais, conforme demonstrado:

1) Provisões para Férias e Encargos

A provisão para férias dos funcionários do CRA-ES é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos, como demonstrado:

TÍTULOS	2015	2014
Provisões Trabalhistas	146.025,68	142.849,17
Provisões de Férias	112.761,14	104.481,81
Encargos Sociais	33.264,54	38.367,36

Tabela 42– Provisões para Férias e Encargos

2) Provisões Processuais

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura a perdas de processos judiciais ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido, ainda, o correspondente desembolso ou perda, uma vez que ainda encontra-se em fase de julgamento.

Em atenção a NBC TG 25 foram realizadas as provisão com base na expectativa de desfecho de processos judiciais de natureza cível, impetrando na justiça até 31 de dezembro de 2015, classificado como provável de perda, em montantes julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

TÍTULOS	2015	2014
Provisões para Riscos Cíveis	132.755,45	162.316,00
Provisões para Ações Cíveis	132.755,45	162.316,00

Tabela 43– Provisões processuais

j) Passivos Contingentes

O Conselho possui, ainda, processos no valor de R\$ 369.029,62, com classificação possível de perda e R\$ 193.378,21, com classificação remota de perda. Ressalta-se que os processos nessa situação, avaliados como de risco de perda possível e remota, não são reconhecidos contabilmente.

k) Arrecadação de Anuidades do Exercício Seguinte

Foram contabilizadas no resultado diferido no passivo não-circulante as arrecadações recebidas em 2015 que provêm de receitas de anuidades que pertencem ao exercício de 2016, conforme os Princípios de Contabilidade, no valor de R\$ 220.562,00.

l) Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial em 31/12/2015 no valor de R\$ 16.186.982,97 que corresponde ao saldo do Exercício anterior somado com o Resultado Patrimonial, do exercício apurado no Demonstrativo das Variações patrimoniais:

TÍTULOS	2015	2014
Patrimônio Líquido	16.186.982,97	13.696.395,71
Superávit do Exercício	2.921.398,47	4.688.104,36
Superávit Acumulados	13.265.584,50	13.696.395,71

Tabela 44 – Patrimônio Líquido

m) Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial no valor de R\$ 2.921.398,47, foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial:

TÍTULOS	2015	2014
Resultado Patrimonial	2.921.398,47	4.688.104,36
Variações Patrim. Aumentativas	7.923.814,25	10.050.911,90
(-) Variações Patrim. Diminutivas	5.002.415,78	5.362.807,54

Tabela 45 – Resultado Patrimonial

n) Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64.

No exercício de 2015 foi apurado um resultado superavitário no valor de R\$ 9.475.052,88.

TÍTULOS	2015	2014
Superávit Financeiro	9.475.052,88	6.768.239,94
Ativo Financeiro	9.615.354,89	7.007.628,83
(-) Passivo Financeiro	140.302,01	239.388,89

Tabela 46 – Resultado Financeiro

Devido a migração de sistema ocorreu uma diferença no resultado financeiro apurado no exercício 2014 com o que está registrado no balanço patrimonial de 2015 no campo de exercícios anteriores, devido às atribuições de permanente e financeiro que foi necessário alterar no exercício corrente de acordo com o PCASP.

o) Resultado Orçamentário

O superávit orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas.

O resultado orçamentário de R\$ 1.401.797,18, foi extraído com base no subsistema orçamentário.

TÍTULOS	2015	2014
Superávit Orçamentário	1.401.797,18	805.219,69
Receitas (corrente+capital)	6.336.871,06	5.381.615,33
Despesas (corrente+capital)	4.935.073,88	4.576.395,64

Tabela 47 – Resultado Orçamentário

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2015.

Hércules da Silva Falcão
Presidente
CRA-ES 058
CPF: 010.334.506-00

Fernando A. Marins de Albuquerque
Diretor Adm.Financeiro
CRA-ES 0613
CPF: 674.956.997-87

Rodrigo Lagasse Dias
Contador
CRC/ES 018993/O-9
CPF: 116.075.907-35